

**Marcus Alexandre Mendes de  
Andrade**

# **PENSE COMO UMA MULHER**

**(Parte II)**

**Perfis biográficos de Mulheres  
que marcaram o Brasil**

**2020**

*Para tantas Marias e Anas, perdidas neste imenso Brasil,  
que acalentam o presente em seus braços,  
gestam em seus ventres o futuro  
e sonham com uma sociedade  
em que não sejam tratadas como seres inferiores.*

.

## INTRODUÇÃO

### **Um Brasil feminino e feito por mãos femininas**

A visão que qualquer pessoa tem do Brasil, especialmente quando se fala de seu percurso histórico, é um país feito por homens, com colonizadores e bandeirantes andando do litoral para o interior e do interior para suas praias, com reis portugueses e imperadores locais, presidentes e latifundiários, capitalistas e construtores.

No entanto, olhar com uma lupa mais ampla a história do Brasil vai fazer com que o leitor consiga enxergar uma multidão de mulheres que foram únicas na forma como viveram e na marca que deixaram para a história.

Este trabalho, o segundo dos dois volumes, traz especificamente a história das mulheres do Brasil. Nem todas são brasileiras, mas todas podem ser chamadas, sem dúvida nenhuma, de mulheres do Brasil. Algumas, mesmo não tendo nascido aqui, vivendo muito ou pouco tempo no país, deixaram uma marca indelével na história.

Ao olhar as páginas deste trabalho, espera-se que o leitor, de maneira muito especial e afetiva, possa se encontrar com cada uma destas mulheres, reconhecendo em suas lutas as lutas de todos os brasileiros; em seus sonhos, os sonhos de todos os seus conterrâneos; em seus ideais, o ideal e o horizonte amplo que se abre para toda nação que busca ser justa, solidária e fraterna.

Ainda mais, como foi dito na introdução ao primeiro volume, retomar a história das mulheres é algo imprescindível na luta por mais segurança e por mais igualdade. Infelizmente, a situação no Brasil ainda é marcada por muita violência, assédio e agressões de todo tipo. Ainda aqui as mulheres ganham menos do

que os homens e as mulheres negras muito menos do que as mulheres brancas.

Revisitar a história, deixando de lado a visão patriarcal e sexista dos livros oficiais, certamente abrirá os horizontes de compreensão do leitor e favorecerá seu engajamento nesta luta que não pode ser só das mulheres, mas deve ser de todas as pessoas de boa vontade e que tenham, minimamente, senso de justiça e de humanidade.

## MULHERES DO BRASIL

O Brasil, cuja história elogia e louva apenas os grandes homens que marcaram os tempos, precisa urgentemente rever seus livros e, em especial, sua memória histórica. Muitas foram as mulheres que influenciaram a vida social e intelectual do país, e algumas com reflexos até no cenário internacional.

Resgatar a sua biografia é, primeiro, uma tentativa de se desculpar, relendo os fatos e demarcando sua presença inquestionavelmente significativa. Ademais, presta-lhes um tributo mais que merecido. Muito do que o Brasil tem e vive hoje encontra suas raízes em projetos, experiências e intuições destas grandes mulheres.

### 1. Mulheres que nasceram no tempo do Brasil Colônia

No Brasil colonial, muitas mulheres se destacaram. São escravas, religiosas, nobres e revolucionárias. E, acima de tudo, mulheres lendárias, não só por sua atuação ter sido encoberta pela cultura sexista do país e da maioria dos historiadores, como também por serem mulheres fortes e determinadas em tudo aquilo a que se propuseram.

A primeira delas é **Paraguassu** (1512-1589), provavelmente nascida na Ilha de Itaparica, na Bahia. Indígena da tribo tupinambá, seu nome devia ser Guaibimpará, segundo o historiador Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784).

Paraguassu fora concedida em casamento a Diogo Álvares Correia (1475-1557), conhecido entre os tupinambás como Caramuru. Diogo fazia parte de uma embarcação francesa que naufragou próximo ao Brasil, entre 1509 e 1510. Conseguindo

chegar até a costa brasileira com vida, Diogo foi encontrado pelo cacique tupinambá da região. Logo recebeu a alcunha de Caramuru, possivelmente por ter sido achado entre as pedras e as algas da praia.

Convivendo com os indígenas amigavelmente, Caramuru foi ganhando relevância e importância na tribo, a ponto do cacique lhe oferecer como esposa sua filha Paraguassu. Juntos, em 1527, foram levados por navegadores para a França, carregando consigo importantes informações sobre o Brasil, que muito ajudariam nas empreitadas marítimas europeias.

Em 1528, na cidade de Saint-Malo, Paraguassu foi batizada e recebeu o nome de Catharina do Brasil. Uma vez casados no rito católico, retornaram ao Brasil em 1530. “Voltando à Bahia, o casal foi muito importante no estabelecimento de alianças entre os Tupinambás e os portugueses” (OLIVEIRA, M., 2019).

Em 1535, como expressão da devoção cristã de Paraguassu, Caramuru mandou edificar uma capela, onde hoje está a Igreja e Abadia de Nossa Senhora da Graça, o primeiro templo católico do Brasil, confiado, desde 1586, por documento assinado pela própria Paraguassu, aos monges beneditinos.

Quando Caramuru, por divergências com as autoridades, acabou preso, Paraguassu uniu sua tribo em protesto contra a prisão do marido, conseguindo a revogação do encarceramento. Isso mostra que, apesar de ter assumido elementos significativos da cultura branca, Paraguassu nunca perdeu suas raízes e a influência junto a seu povo.

Contam que Paraguaçu era muito corajosa, salvou seu marido de emboscadas, construiu igrejas e viveu o suficiente para casar seus filhos com personagens da corte, gerando importantes famílias baianas. (OLIVEIRA, M., 2019).



**Paraguassu** **Madalena**

**Madalena Caramuru** (séc. XVI) é outra indígena importante para a história do Brasil. Era filha de Diogo Álvares Correia (1475-1557), o Caramuru, que teve relacionamentos com várias mulheres indígenas, além de Paraguassu.

Madalena é a primeira mulher brasileira a ler e escrever, segundo os historiadores Francisco Varnhagen (1816-1878) e Gastão Penalva (1887-1944). Tudo indica que foi seu marido português, com quem se casou em 1534, que a iniciou na leitura e na escrita.

Madalena Caramuru escreveu uma carta ao Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570), em 1561, solicitando que as crianças escravas fossem tratadas com dignidade e sem brutalidade e que as meninas pudessem estudar. Para tanto, ofereceu uma quantia significativa de dinheiro para implementar tais ações.

Em homenagem a Madalena, os Correios lançaram um selo comemorativo, em 2001, recordando a luta das mulheres para terem acesso à educação.

Na cultura indígena, a mulher exercia o papel de companheira. Diferente da cultura do homem branco, entre os Tupinambás não deveria haver razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Condenar ao analfabetismo e à

ignorância o sexo feminino parecia, para o povo indígena, uma ideia absurda. Foi por iniciativa dos indígenas que surgiu a primeira reivindicação pela instrução feminina no Brasil. O Padre Manoel da Nóbrega achou essa ideia originalíssima e tentou, por meio de autorizações régias, criar oportunidades de alfabetização para as mulheres brasileiras. A solicitação foi enviada à Rainha D. Catarina. Contudo, a metrópole portuguesa negou a iniciativa, qualificando de “ousado” tal projeto, pelo perigo que isso pudesse representar. Embora a carta ainda não tenha sido encontrada, trata-se do primeiro documento escrito por uma mulher brasileira. (CORREIOS, 2020)

Nos primórdios da colonização do Brasil e ligada intimamente ao processo colonizador, encontra-se **Ana Pimentel Henriques Maldonado** (1500-1571), esposa do nobre português Martim Afonso de Souza (1500-1564), o primeiro donatário da recém-criada Capitania de São Vicente. Apesar de ter nascido na Espanha, sua vida está intimamente ligada ao Brasil. Por isso, sua atuação na história da Colônia precisa ser elogiada e destacada.

Era prima e dama de honra da arquiduquesa Catarina de Habsburgo (1507-1578), irmã de Carlos I (1500-1558), rei da Espanha a partir de 1516 e, com o nome de Carlos V, Imperador Romano-Germânico a partir de 1519.

Desde muito nova, sabia ler, escrever e contar, o que era raríssimo para as mulheres, mesmo entre as nobres. Em 1524, casou-se com Martim Afonso de Souza, mudando-se em seguida para Portugal, levando consigo a prima Catarina, já noiva do rei João III (1502-1557).

Em 1530, Martim Afonso foi enviado ao Brasil para tomar posse da Capitania de São Vicente, a fim de estabelecer definitivamente a colonização e o domínio português na Colônia brasileira.



O casal ficou no Brasil de 1530 a 1534. Neste período, fundaram a primeira vila da Colônia – São Vicente – e estabeleceram os primórdios da dominação portuguesa nas terras recém-descobertas.

Assim que voltaram para Lisboa, Martim Afonso partiu em nova missão para a Índia, tornando Ana Pimentel, que ficara em Portugal, sua legítima procuradora em relação aos negócios do Brasil.

Sua importância histórica no desenvolvimento da Capitania, que administrou por 10 anos (1534 a 1544), é algo ímpar que essa nobre espanhola realizou com inteligência, austeridade e modernidade. (SAOVICENTEALTERNATIVA, 2019).

Sua atuação ia desde a nomeação de cargos importantes para o cotidiano da Capitania até decisões sobre agricultura, geração de riquezas e implantação de gado na Colônia, trazido diretamente da Ilha de Cabo Verde.

Assim, foi ela que decidiu a introdução do plantio da cana de açúcar em Cubatão e do gado na Capitania de São Vicente (São Paulo). Também revogou a ordem do marido que proibia os colonos de não entrarem no campo de Piratininga. Com isto, ocorreu a interiorização da colônia. (BEZERRA, 2019).

Como procuradora, em 1536, doou sesmarias e nomeou capitães-mor para a Capitania de São Vicente. Em 1544, quando autorizou a interiorização da ocupação portuguesa pelos colonizadores, tomou esta decisão baseada na certeza da fecundidade das terras interioranas e do clima mais ameno para os exploradores.

Ana Pimentel providenciou o cultivo de laranja na capitania com o objetivo de combater o escorbuto, uma doença provocada pela falta de vitamina C que atacava os embarcados durante a travessia do Atlântico. É responsável também pela introdução do

cultivo do arroz, do trigo e da criação de gado na região. (TERRA, 2019a).

Outra mulher que precisa ser destacada na história do Brasil é **Branca Dias** (1515-1558). Nascida em Portugal, era uma cristã-nova, casada com um português abastado, com quem teve vários filhos. Depois que seu marido partiu para o Brasil, Branca, ainda vivendo em Portugal, foi denunciada ao Tribunal do Santo Ofício por sua própria família, por prática de judaísmo. Em 1543, foi sentenciada e condenada a 2 anos de prisão.

Logo que deixou a prisão, Branca se mudou para o Brasil, para a Capitania de Pernambuco, vivendo no Engenho Camaragibe, de propriedade de seu marido. Depois de ficar viúva, comandou por 10 anos o engenho, até que o vendeu e se transferiu com a família para Olinda.

No engenho, Branca manteve durante todo o tempo uma sinagoga para os cultos judaicos. Já em Olinda, em sua própria casa, sem a autorização das instituições competentes, abriu uma escola para meninas, onde ensinava culinária e costura. Nesta escola, às sextas-feiras, preparava toda a casa para a cerimônia judaica do sábado.

Depois de sua morte, quando houve a primeira visitação da Inquisição ao Brasil, entre 1591 e 1595, Branca foi novamente acusada. Em seu julgamento póstumo, várias de suas alunas confirmaram as práticas judaicas mantidas em sua casa. Em consequência de sua condenação, seus filhos e netos foram perseguidos e processados.

Uma das mais pungentes tradições populares da várzea canavieira na antiga Capitania de Pernambuco nos dá notícia do sacrifício de uma jovem senhora de engenho, chamada *Branca Dias*, dona de muitas terras e cabedais, por todos respeitada pelo seu poder, que de repente se viu chamada a comparecer perante a inquisição do